Vitória (ES), quinta-feira, 13 de Maio de 2021.

modernizar atendimento inicial, tornando-o mais célere, eficiente e adequado aos usuários da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo;

Considerando a grande busca por atendimento e a necessidade de aprimorar a ferramenta atualmente utilizada, através de contratação de serviços de atendimento por voz, chat e e-mail, além dos meios tradicionais;

Considerando Planejamento Estratégico 2019-2023 da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, cujas principais ações são Defensoria 4.0, Regionalização do Atendimento, de Excelência Programa Atendimento, Programa Cidadania em Ação, Cobertura Penal 100% e Programa de Reestruturação da Defensoria Pública;

RESOLVE: Estabelecera estrutura, organização e atribuição da Central de Atendimento no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e outras providencias

Capítulo I DA CRIAÇÃO, ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES DA CENTRAL **DE ATÉNDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Art. 1º. A Central de Atendimento no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, criada a fim de atender as demandas decorrentes do projeto Defensoria 4.0, será acessada por meio do

sítio eletrônico da DPES: www. defensoria.es.def.br

Art. 2°. A Central de Atendimento é órgão diretamente vinculado ao Gabinete do Defensor Público-Geral, conforme processo administrativo nº 00002219.

Art. 3º. A Central de Atendimento será composta por Defensores (as) Públicos (as) Supervisores(as) indicados (as) pelo Defensor Públi-

Art. 4°. São integrantes da Central de Atendimento:

I- Defensores (as) Públicos (as) Supervisores (as);

II- Servico de Apoio; e III - Estagiários (as).

Art. 5°. A Central de Atendimento será dividida em três etapas: atendimento, produção expedição.

§ 1º. A Central de Atendimento terá como atribuições:

Realizar o atendimento via chat inserido no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo:

II - Verificar, preliminarmente, a condição de hipossuficiência dos assistidos, nos termos da Resolução CSDPES nº 047, de 26 de janeiro de 2018, alterada pela Resolução CSDPES nº 066, de 01 de novembro de 2019;

III - Cadastrar o atendimento

sistema Solar, bem incluir os documentos de identificação pessoal e os relativos ao atendimento;

IV - Produzir as respectivas peças processuais, protocolizando em seguida:

V - Registrar no Sistema Solar quaisquer ocorrências atendimentos assistido, ao incluindo fatos que impeçam a sua realização;

VI - Observar as diretrizes e orientações administrativas indicadas pelo Defensor (a) Público (a) supervisor (a), bem como pelo Gabinete do Defensor Público-Ge-

§ 2º. Em cada uma das etapas será criado um sistema interno de organização, registro de atividades e protocolo.

Art. 6º Em todas as hipóteses permitidas de atendimento via . Central de Atendimento, o (a) assistido (a) que apresentar dificuldade poderá comparecer para atendimento ao Núcleo presencial.

Parágrafo único: O (a) atendente do respectivo Núcleo fará contato por meio do sítio eletrônico com a Central e formalizará todo atendimento, na presença do (a) assistido (a), fazendo constar esta informação, inclusive registrando no Sistema Solar.

Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E **TRANSITÓRIAS**

Art. 7º. A Central de Atendimento inicialmente ficará responsável por atendimentos às demandas da área de família, sem prejuízo da expansão para outras áreas de atuação da DPES.

Parágrafo único: A partir de 19 de maio de 2021, a Central de Atendimento ficará responsável também pelo atendimento elaboração de peças na área de família da Grande Vitória (exceto Fundão e Guarapari), nas seguintes hipóteses:

Ação de alimentos (partes: pai, mãe e filhos). Se o caso envolver outras partes, como, por exemplo, avós, a parte será atendida pelos respectivos Núcleos de atendimento.

Execução de Alimentos (débitos dos últimos 03 (três) meses).

III. Divórcio sem filhos e sem bens a partilhar (se for consensual as partes deverão ir até ao Núcleo para assinar o termo).

Art. 8°. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto neste Ato Normativo serão dirimidos pelo Defensor Público-Geral.

Art. 9°. Este Ato Normativo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Vitória/ES, 12 de maio de 2021.

GILMAR ALVES BATISTA Defensor Público-Geral Protocolo 669653

Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública - CNPJ: 00.671.513/0001-24

Exercício: 2021 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - Período de referência: 1º quadrimestre

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

DESPESA COM PESSOAL	DESTENDA COLUMN TOURING 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS	TOTAL
	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3,164,486.25	3,218,629.28	3,242,551.51	3,323,994.07	3,256,726.66	3,439,788.57	4,460,574.91	6,570,468.96	4,656,279.39	4,520,435.59	4,448,447.75	4,481,914.48	48,784,297.42		48,784,297.42
Pessoal Ativo Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis/Obrigações Patronais Beneficios Previdenciários Pessoal Inativo e Pensionistas Aposentadorias, Reserva e Reformas Pensőões Outros Beneficios Previdenciários Outros despesas de pessoal decorrentes de	3,164,486.25 2,895,594.33 255,377.30 13,514.62		2,961,383.66		2,982,004.10 261,211.66		4,460,574.91 4,050,225.39 387,421.01 22,928.51	5,775,982.13 748,913.44	381,472.05	4,520,435.59 4,116,079.88 382,392.95 21,962.76	4,448,447.75 4,047,428.35 379,056.64 21,962.76		48,784,297.42 44,300,832.84 4,245,276.28 238,188.30		48,784,297.42 44,300,832.84 4,245,276.28 238,188.30
contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-145.36 0.00	11,139.73 11,139.73			4,557.61 4,557.61	137,106.02 32,822.32	17,391.20 16,757.98			0.00 0.00	0.00 0.00	15,111.11 15,111.11	199,504.07 91,445.34		199,504.07 91,445.34
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial de periodo anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores de periodo anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-145.36	0.00	0.00		0.00	104,283.70	633.22			0.00	0.00	0.00	108,058.73		108,058.73
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3,164,631.61	3,207,489.55	3,242,551.51	3,320,439.14	3,232,169.05	3,302,682.55	4,443,183./1	0,300,096.80	4,049,862.72	4,520,435.59	4,440,44/./5	4,466,803.37	48,584,793.35	0.00	48,584,793.35

FONTE: SIGEFES, Unidade Responsável: GFS, Data de Emissão: 10/05/2021, às 10:54h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser

Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº .4.320/64;
Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

Gilmar Alves Batista Defensor Público Geral Emerson Ferreira da Fonseca Controle Interno

Rodrigo Vacari dos Santos Contador CRC ES-011.265/O-4

Protocolo 669678



Economia de água Consumo consciente de papel e plástico

Lixo no lugar certo Economia de energia

Cidadão, faça a sua parte para um mundo melhor!



